

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 363, DE 2006

Altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado JOÃO ALFREDO e  
Outros.

**Relator:** Deputado NELSON TRAD

### I - RELATÓRIO

O projeto de lei complementar que passamos a examinar visa a alterar a Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993 – lei que dispõe sobre o contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária.

Distribuído a esta Comissão, cabe a nós manifestarmos acerca de sua admissibilidade e de seu mérito, sendo a proposição sujeita à apreciação do Plenário da Câmara dos Deputados.

É o relatório.

### II - VOTO DO RELATOR

Compete a esta Comissão a análise da constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e do mérito da proposição,

em atenção ao disposto no artigo 32, III, “a” e “e” do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sob o enfoque da constitucionalidade formal, o projeto não apresenta vícios: foram observadas as disposições constitucionais pertinentes à competência da União para legislar sobre a matéria (art. 22), do Congresso Nacional para apreciá-la (art. 48) e à iniciativa (art. 61).

No tocante à constitucionalidade material, o projeto de lei complementar em análise não afronta as garantias constitucionais do devido processo legal (art. 5º, LIV), do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV) e da razoável duração do processo (art. 52, LXXVIII). O mesmo se diga em relação ao direito à propriedade e a sua função social (art. 5º, XXII e XXIII, e art. 170, II e III).

O mesmo não se aplica à técnica legislativa empregada em sua elaboração: deve o projeto ser adequado às disposições da Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em relação à juridicidade, o projeto não apresenta vícios sob os prismas da inovação, da efetividade, da coercitividade e da generalidade. E, a par de se consubstanciar na espécie normativa adequada, suas disposições não conflitam com o ordenamento jurídico brasileiro.

No que diz respeito ao mérito, inicialmente apontemos que cabe razão aos proponentes, quando enfatizam a função social da propriedade. A Constituição Federal estabelece que a função social será cumprida quando a propriedade rural atender aos requisitos de aproveitamento racional e adequado, utilizar adequadamente os recursos naturais e preservar o meio ambiente, observar as disposições que regulam as relações de trabalho, e pratique exploração econômica que favoreça o bem-estar de proprietários e trabalhadores.

E para garantir o cumprimento desses preceitos, a Constituição Federal, em seu artigo 184, determina que é da competência da União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não cumpra sua função social.

Estabeleceu, então, a Constituição, esta desapropriação – sanção como instrumento de obtenção de terras para a reforma agrária.

Não cabe razão, porém, aos proponentes, ao declararem a lentidão do processo judicial e do procedimento administrativo pertinentes a essa desapropriação. O processo obedece a um contraditório especial, de rito sumário, instituído por moderna lei, de menos de vinte anos.

Menos razão ainda têm os proponentes ao classificarem como “elevadas”, “abusivas” e “escandalosas” as indenizações. São elas definidas, nos termos da lei, pelo Poder Judiciário. Há que distinguir entre desapropriação e expropriação: às desapropriações, dêem-se a que título for, corresponde o pagamento de seu valor.

O que os autores da proposição em tela chamam de “entraves” a dificultar o processo de desapropriação nada mais são que instrumentos a equilibrar a relação processual. Repitamos: o rito aplicado à desapropriação de que estamos a tratar é sumário.

Portanto, pelo exposto, votamos pela constitucionalidade e pela juridicidade do projeto em tela, por sua inadequada técnica legislativa e, no mérito, pela sua rejeição.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2010.

Deputado NELSON TRAD  
Relator